

O PAPEL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE À CRISE DE SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

THE ROLE OF EDUCATIONAL GUIDANCE IN THE FACE OF THE MENTAL HEALTH CRISIS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: CHALLENGES AND INTERVENTION STRATEGIES

Ana Kely Paulino Barsch¹

RESUMO

O crescimento de casos de ansiedade, depressão, automutilação e outras formas de sofrimento psíquico entre crianças e adolescentes tornou a saúde mental um tema central nas instituições escolares brasileiras. Nesse contexto, a orientação educacional assume papel estratégico na construção de práticas de acolhimento, prevenção e mediação. O Método aqui adotado, é a pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos e documentos institucionais relacionados à saúde mental, orientação educacional e ambiente escolar. Resultados - a análise evidenciou que a orientação educacional enfrenta desafios estruturais significativos — sobrecarga de demandas, ausência de equipes multidisciplinares e compreensão equivocada de seu papel —, mas dispõe de estratégias eficazes de intervenção quando inserida em redes colaborativas de cuidado. Conclui-se que o fortalecimento da saúde mental escolar depende da articulação entre orientação educacional, políticas públicas, formação continuada de profissionais e participação ativa das famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação educacional; Saúde mental; Ambiente escolar; Intervenção; Educação socioemocional.

ABSTRACT

Introduction: the growing number of cases of anxiety, depression, self-harm and other forms of psychological distress among children and adolescents has made mental health a central issue in Brazilian schools. In this context, educational guidance plays a strategic role in building welcoming, preventive and mediation practices. Method: this is a qualitative, bibliographic and exploratory study based on the analysis of books, scientific articles and institutional documents related to mental health, educational guidance and the school environment. Results: the analysis revealed that educational guidance faces significant structural challenges — work overload, lack of multidisciplinary teams and a misunderstanding of its role — but has effective intervention strategies when embedded in collaborative care networks. Conclusion: strengthening mental health in schools depends on the articulation between educational guidance, public policies, continuing professional development and active family participation.

KEYWORDS: Educational guidance; Mental health; School environment; Intervention; Socio-emotional education.

¹ Pedagoga, Especialista em Orientação Educacional

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais, culturais e tecnológicas das últimas décadas reconfiguraram profundamente o cotidiano escolar e as relações humanas no interior das instituições de ensino. A escola, historicamente centrada no desenvolvimento cognitivo e na transmissão de conteúdos curriculares, passou a ser convocada a responder a demandas que extrapolam sua função tradicional, assumindo responsabilidades relacionadas ao acolhimento, ao cuidado e ao desenvolvimento integral dos sujeitos (Libâneo, 2018).

Nesse cenário, a saúde mental emergiu como tema prioritário nas discussões educacionais contemporâneas. Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023) indicam que cerca de 20% das crianças e adolescentes em idade escolar apresentam algum transtorno mental diagnosticável, sendo a ansiedade e a depressão os mais prevalentes. No Brasil, o cenário é agravado por desigualdades socioeconômicas, violência urbana, precariedade das redes de apoio e os efeitos prolongados da pandemia de Covid-19, que intensificaram o sofrimento psíquico de estudantes e profissionais da educação (Brasil, 2022).

Diante desse quadro, a orientação educacional ocupa posição estratégica no interior das escolas. Sua atuação, que historicamente oscilou entre funções administrativas, disciplinares e pedagógicas, passou a incorporar dimensões preventivas, socioemocionais e de articulação institucional. O orientador educacional torna-se, assim, um dos principais agentes de identificação precoce de demandas emocionais e de construção de redes de cuidado no ambiente escolar (Grinspun, 2011).

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela orientação educacional diante da crise de saúde mental no ambiente escolar e discutir estratégias de intervenção fundamentadas na literatura especializada. O trabalho está organizado em cinco seções além desta introdução. Primeiro apresenta-se o referencial teórico sobre saúde mental e escola; em seguida, discute-se o papel da orientação educacional frente às demandas socioemocionais; na sequência, descrevem-se os procedimentos metodológicos; apresentam-se as estratégias de intervenção identificadas na literatura; e, por fim, são tecidas as considerações finais.

2 SAÚDE MENTAL E AMBIENTE ESCOLAR - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A saúde mental é compreendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza suas próprias capacidades, lida com os estresses

normais da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade (OMS, 2022). No contexto escolar, essa dimensão está diretamente articulada ao desenvolvimento da aprendizagem, das relações interpessoais e da formação integral dos estudantes.

Nos últimos anos, observou-se crescimento expressivo de situações envolvendo ansiedade, depressão, automutilação, isolamento social e dificuldades emocionais entre crianças e adolescentes em idade escolar. Pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos (Nimh, 2021) aponta que metade de todos os transtornos mentais ao longo da vida tem início antes dos 14 anos de idade, reforçando a importância de intervenções precoces no contexto escolar.

No Brasil, o Relatório de Saúde Mental na Escola, publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), identificou que professores e gestores escolares percebem aumento significativo de demandas emocionais entre os estudantes, mas relatam despreparo para lidar com essas situações e ausência de suporte institucional adequado. Esse dado evidencia a necessidade de políticas públicas específicas e de formação continuada para os profissionais da educação.

A cultura do desempenho, a hiperconectividade e a exposição constante às redes sociais ampliam processos de comparação, insegurança e pressão emocional entre adolescentes. Turkle (2015) argumenta que a conectividade permanente, paradoxalmente, tem produzido formas de solidão e isolamento que se manifestam com intensidade no ambiente escolar, afetando a capacidade de atenção, a regulação emocional e as relações interpessoais dos estudantes.

Além dos fatores individuais, é necessário considerar os determinantes sociais da saúde mental. Pobreza, violência doméstica, racismo, LGBTfobia e outras formas de discriminação constituem fatores de risco que afetam desproporcionalmente estudantes em situação de vulnerabilidade social. A escola, ao ignorar esses determinantes, corre o risco de patologizar comportamentos que são, na verdade, respostas adaptativas a contextos de adversidade (Guarido, 2007).

3 O PAPEL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL FRENTE ÀS DEMANDAS SOCIOEMOCIONAIS

A orientação educacional constitui uma das especialidades da educação reconhecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996, que prevê a presença de especialistas em educação nas escolas públicas brasileiras. Historicamente, sua atuação oscilou entre funções vocacionais, disciplinares e pedagógicas, refletindo as

transformações das concepções de educação e de desenvolvimento humano ao longo do século XX (Grinspun, 2011).

Na perspectiva contemporânea, a orientação educacional assume caráter multidimensional, articulando dimensões pedagógicas, sociais, emocionais e institucionais. Sob a perspectiva sociocultural de Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais mediadas por instrumentos culturais, o que reforça a importância das relações estabelecidas no contexto escolar e o papel do orientador como mediador qualificado dessas interações.

Entre as atribuições contemporâneas do orientador educacional destacam-se a escuta ativa e o acolhimento de estudantes em sofrimento emocional; a mediação de conflitos interpessoais e institucionais; o desenvolvimento de ações preventivas em saúde mental; o acompanhamento de estudantes em situação de vulnerabilidade; a articulação com famílias, equipes pedagógicas e redes de apoio externas; e o encaminhamento de demandas que requerem acompanhamento especializado de psicólogos, psiquiatras ou assistentes sociais (Grinspun, 2011; Perrenoud, 2000).

É fundamental distinguir a atuação do orientador educacional da do psicólogo escolar. Enquanto o psicólogo realiza avaliações diagnósticas e intervenções clínicas, o orientador atua no campo pedagógico e institucional, promovendo condições favoráveis ao desenvolvimento integral dos estudantes. Essa distinção não implica hierarquia, mas complementaridade, a presença de ambos os profissionais nas escolas constitui condição ideal para o enfrentamento das demandas de saúde mental no ambiente escolar (CFP, 2019).

A delimitação das fronteiras de atuação da orientação educacional no território escolar constitui um nó crítico na literatura contemporânea, frequentemente tensionada pelo acúmulo de funções burocráticas ou pela expectativa equivocada de uma atuação clínica. Para conferir maior inteligibilidade à governança pedagógica e institucional desse profissional, o Quadro 1 sistematiza as matrizes de competência do orientador frente às demandas socioemocionais, discriminando sua atuação em face de outras instâncias, conforme demonstrado em quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Matriz de Atuação Institucional da Orientação Educacional em Saúde Mental

Dimensão de Análise	Atuação Própria da Orientação Educacional	Diferenciação / Complementaridade (Psicologia Escolar)	O que NÃO compete à Orientação (Desvios de Função)
Escuta e Acolhimento	Escuta pedagógica ativa, identificação precoce de sinais de sofrimento e mapeamento de vulnerabilidades no cotidiano escolar.	O psicólogo realiza a escuta clínica e a avaliação diagnóstica aprofundada dos quadros de sofrimento psíquico.	Aplicação de testes psicológicos, sessões de psicoterapia interna ou emissão de laudos clínicos e diagnósticos.
Mediação de Conflitos	Facilitação dialógica de crises interpessoais e mediação institucional entre as esferas escolar e familiar.	O psicólogo atua na análise dos processos subjetivos e psicossociais que subjazem aos conflitos crônicos.	Aplicação de medidas punitivas puras, advertências administrativas ou atuação como agente meramente disciplinar.
Articulação em Rede	Encaminhamento formal para a rede de apoio externa (CAPSi, postos de saúde) e acompanhamento do rendimento escolar do aluno.	O psicólogo articula a interface técnico-clínica com os terapeutas externos e supervisiona o manejo psicopedagógico institucional.	Gestão isolada de casos complexos de saúde mental sem o respaldo de redes colaborativas multidisciplinares.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base em Grinspun (2011) e Conselho Federal de Psicologia (2019).

A sistematização apresentada no Quadro 1 evidencia que a práxis do orientador educacional não se confunde com o fazer psicoterapêutico, tampouco se reduz ao gerenciamento de planilhas e arquivos burocráticos. Ao delimitar que o acolhimento do orientador possui natureza estritamente pedagógica e institucional, resguarda-se a identidade desse profissional contra os processos de sobrecarga que culminam no adoecimento ocupacional.

Ademais, sob a lente sociocultural de Vygotsky, essa matriz reforça o orientador como o mediador cultural qualificado da escola, aquele que reconfigura o espaço das interações para que o ambiente de aprendizagem atue como um fator de proteção e promoção do bem-estar, e não como um vetor de estresse e adoecimento psíquico. A complementaridade explicitada em

relação à psicologia escolar corrobora a tese de que o enfrentamento da crise de saúde mental escolar exige a superação do modelo do "profissional herói" isolado, demandando arranjos estruturais multidisciplinares estáveis no interior das instituições de ensino.

Paulo Freire (1996) enfatiza a importância do diálogo como prática transformadora e elemento essencial na construção das relações educativas. Sob essa perspectiva, o orientador educacional que adota uma postura dialógica — baseada na escuta genuína, no respeito à autonomia dos sujeitos e na construção coletiva de soluções — contribui não apenas para o bem-estar individual dos estudantes, mas para a transformação da cultura institucional da escola.

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório. Conforme Minayo (2016), a abordagem qualitativa possibilita compreender processos sociais, relações humanas e significados presentes nos fenômenos investigados, sendo especialmente adequada para o estudo de práticas educacionais e de saúde, cujas dimensões subjetivas e contextuais não se reduzem a variáveis quantificáveis.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento e da análise de produções acadêmicas publicadas entre 2000 e 2024, incluindo livros, artigos científicos indexados nas bases SciELO, ERIC e Google Acadêmico, dissertações, teses e documentos institucionais de organismos nacionais e internacionais. Os descritores utilizados nas buscas foram orientação educacional, saúde mental escolar, intervenção socioemocional, bem-estar estudantil e educação integral.

A seleção das fontes obedeceu a critérios de relevância temática, rigor metodológico e atualidade. Foram priorizadas produções que apresentassem fundamentação teórica consistente e contribuições empíricas ou conceituais para a compreensão do papel da orientação educacional frente às demandas de saúde mental no ambiente escolar. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, por meio de categorias temáticas emergentes do corpus: desafios estruturais, estratégias de intervenção e perspectivas de fortalecimento da orientação educacional.

5 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO E DESAFIOS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A promoção da saúde mental no ambiente escolar exige ações integradas que envolvam gestão escolar, docentes, famílias e equipes multidisciplinares. A literatura especializada aponta que intervenções isoladas, centradas em indivíduos específicos, têm eficácia limitada quando comparadas a abordagens sistêmicas que transformam a cultura institucional da escola (UNESCO, 2021).

Entre as estratégias de intervenção com maior respaldo na literatura destacam-se os programas de educação socioemocional, que desenvolvem competências como autoconhecimento, regulação emocional, empatia e tomada de decisão responsável. Pesquisas de metanálise realizadas pelo Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning (Casel, 2020) demonstram que programas de aprendizagem socioemocional bem implementados produzem melhora significativa no desempenho acadêmico, na redução de comportamentos problemáticos e no bem-estar geral dos estudantes.

As rodas de conversa e os espaços de escuta constituem outra estratégia relevante, ao criar condições para que os estudantes expressem suas experiências emocionais em ambiente seguro e acolhedor. Freire (1996) compreende o diálogo como prática transformadora que humaniza as relações e fortalece a consciência crítica dos sujeitos. No contexto da orientação educacional, essa perspectiva se traduz em práticas que valorizam a voz dos estudantes e os reconhecem como protagonistas de seu próprio desenvolvimento. A transição de uma postura meramente reativa — que intervém apenas quando a crise ou o sofrimento psíquico já se manifestaram de forma aguda — para uma postura preventiva e sistêmica exige o planejamento de ações em diferentes níveis de complexidade. Com o intuito de organizar as evidências e recomendações encontradas na literatura especializada consultada nesta pesquisa bibliográfica, a Tabela 1 categoriza as principais estratégias de intervenção segundo seus níveis de alcance institucional e impacto no ambiente escolar.

Tabela 1 – Níveis de Intervenção e Estratégias de Promoção da Saúde Mental na Escola

Nível de Intervenção	Foco Estratégico	Principais Ações Identificadas na Literatura	Autores / Referenciais de Suporte
Prevenção Universal (Toda	Promoção do clima escolar positivo e desenvolvimento de	Programas estruturados de aprendizagem	CASEL (2020);

Nível de Intervenção	Foco Estratégico	Principais Ações Identificadas na Literatura	Autores / Referenciais de Suporte
a Escola)	competências socioemocionais para todos os estudantes.	socioemocional (SEL); Rodas de conversa regulares e assembleias estudantis; Formação continuada docente sobre saúde mental.	UNESCO (2021); Freire (1996).
Prevenção Seletiva (Grupos de Risco)	Atenção a grupos ou estudantes que apresentam indicadores de vulnerabilidade acrescida ou sofrimento inicial.	Grupos de escuta temáticos (ex: transição escolar, ansiedade frente a exames); Fortalecimento de vínculos com famílias em situação de vulnerabilidade.	Polônia e Dessen (2005); Turkle (2015); Guarido (2007).
Intervenção Indicada (Casos de Crise)	Manejo imediato de crises manifestas e articulação do plano de encaminhamento e retorno seguro ao ambiente escolar.	Protocolos de acolhimento e escuta ativa individualizada em momentos de crise; Ativação da rede de apoio intersetorial e fluxos de contrarreferência.	Ministério da Saúde (2022); OPAS (2023); Grinspun (2011).

Elaborado pela autora (2026), com base nos dados analisados no corpus da pesquisa.

A estruturação das intervenções em níveis (Tabela 1) permite inferir que a maior eficácia e sustentabilidade das ações em saúde mental escolar residem no topo da pirâmide preventiva, isto é, nas estratégias de Prevenção Universal. Ao universalizar os programas de educação socioemocional e as rodas de conversa inspiradas na pedagogia dialógica freireana, a escola reduz a incidência de comportamentos problemáticos crônicos e descentraliza a carga emocional que costuma desabar unicamente sobre a orientação educacional.

No entanto, o que a análise interpretativa do corpus documental também revela é que as escolas públicas brasileiras operam de forma invertida: devido à ausência de políticas públicas contínuas e ao deficit crônico de infraestrutura, os orientadores passam a maior parte do tempo

gerenciando a *Intervenção Indicada*, ou seja, respondendo de forma emergencial a crises agudas de automutilação, crises de pânico e surtos depressivos. Esse desequilíbrio estrutural sequestra o tempo que deveria ser dedicado ao planejamento de estratégias universais e de formação com os docentes, gerando um ciclo retroalimentar onde o sofrimento psíquico prolifera na exata medida em que a capacidade preventiva da instituição é esvaziada.

Portanto, a formação continuada dos profissionais da educação é condição indispensável para o enfrentamento das demandas de saúde mental no ambiente escolar. Perrenoud (2000) argumenta que as novas competências exigidas dos educadores incluem a capacidade de lidar com situações de sofrimento emocional, de trabalhar em equipe multidisciplinar e de articular a escola com redes de apoio externas. Sem investimento sistemático em formação, os profissionais tendem a reproduzir práticas inadequadas ou a desenvolver processos de adoecimento ocupacional.

O fortalecimento da parceria família-escola representa outro eixo estratégico fundamental. Pesquisas indicam que o envolvimento familiar está positivamente associado ao bem-estar emocional e ao desempenho acadêmico dos estudantes (Polonia; Dessen, 2005). O orientador educacional desempenha papel central na construção dessa parceria, ao mediar a comunicação entre famílias e escola e ao promover ações que fortaleçam os vínculos afetivos e a corresponsabilidade no cuidado com os estudantes.

Apesar da relevância dessas estratégias, a orientação educacional enfrenta desafios estruturais significativos. A sobrecarga de demandas institucionais, a ausência de equipes multidisciplinares, a falta de formação específica em saúde mental e as dificuldades de infraestrutura comprometem a efetividade da atuação dos orientadores. Em muitos contextos escolares, o aumento das demandas emocionais não foi acompanhado por investimentos proporcionais em políticas de apoio e recursos humanos (CFP, 2019).

Outro desafio relevante refere-se à compreensão equivocada do papel do orientador educacional, frequentemente reduzido a funções administrativas ou disciplinares. Essa redução compromete a construção de uma identidade profissional sólida e dificulta o reconhecimento institucional necessário para que o orientador possa atuar com autonomia e efetividade nas demandas de saúde mental. Superar esse equívoco exige tanto a formação qualificada dos profissionais quanto a sensibilização das gestões escolares para a importância estratégica dessa função.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise de saúde mental no ambiente escolar representa um dos principais desafios educacionais contemporâneos, exigindo respostas institucionais articuladas, fundamentadas em evidências e comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes. Este artigo buscou demonstrar que a orientação educacional ocupa posição estratégica nesse cenário, ao articular práticas de acolhimento, prevenção, mediação e encaminhamento no interior das escolas.

A análise da literatura evidenciou que a efetividade da orientação educacional frente às demandas de saúde mental depende de condições estruturais que ainda estão longe de ser universalizadas no sistema educacional brasileiro: equipes multidisciplinares, formação continuada, infraestrutura adequada e políticas públicas específicas. Sem esses suportes, o orientador corre o risco de ser sobrecarregado por demandas que excedem suas possibilidades de atuação, comprometendo tanto sua saúde quanto a qualidade do cuidado oferecido aos estudantes.

Conclui-se que o fortalecimento da saúde mental na escola depende da construção de redes colaborativas que integrem orientadores educacionais, psicólogos, assistentes sociais, docentes, gestores e famílias em torno de um projeto comum de cuidado e desenvolvimento humano. A orientação educacional, nesse contexto, não é apenas uma função técnica, mas uma prática política e ética comprometida com a construção de escolas mais humanas, justas e acolhedoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental na escola: diretrizes para atenção integral à saúde de crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

CASEL – Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning. *CASEL's SEL Framework: What Are the Core Competence Areas and Where Are They Promoted?*. Chicago: CASEL, 2020. Disponível em: <<https://casel.org/fundamentals-of-sel/what-is-the-casel-framework>>. Acesso em: 5 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Saúde mental na escola: uma reflexão sobre o papel do psicólogo escolar**. Brasília: CFP, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-

161, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/mJ9399tTm597mJXRgPhVNkf/?lang=pt>

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

NATIONAL INSTITUTE OF MENTAL HEALTH. Mental Illness. Bethesda: NIMH, 2021. Disponível em: <<https://www.nimh.nih.gov/health/statistics/mental-illness>>. Acesso em: 5 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Mental Health Report: Transforming Mental Health for All**. Geneva: OMS, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>>. Acesso em: 5 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde mental de adolescentes e jovens no contexto escolar: recomendações para políticas e programas**. Washington: OPAS, 2023.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yLDq54PMBGp7WSM3TqyrDQz/?format=html&lang=pt>

TURKLE, Sherry. **Reclaiming Conversation: The Power of Talk in a Digital Age**. New York: Penguin Press, 2015.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>>. Acesso em: 5 maio 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.